

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Carlos Renato Theóphilo
Mestrando em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP
Professor da UNIMONTES

A intensa discussão existente no Brasil acerca da possível substituição da DOAR pela Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) tem provocado diversas manifestações, em sua maioria, favoráveis à mudança ou pela publicação de ambas.

Um levantamento dos diversos aspectos utilizados para embasamento dessas posições revela que, apesar da DOAR fornecer informações mais abrangentes, tem sido pouco utilizada, por considerar-se que seja de difícil entendimento. A DFC, por sua vez, é defendida por ser mais acessível, apesar de apresentar maior suscetibilidade a manipulações.

Entende-se que, ao adotar uma posição sobre o assunto, está-se assumindo uma condição diante dos objetivos da Contabilidade e seus usuários. Nesse sentido, a abordagem que considera-se mais coerente com o estágio atual de evidenciação contábil é de que deve-se objetivar atender todos os usuários, na medida da sua capacidade em interpretar as demonstrações.

Nesse sentido, o conjunto de informações publicado deve atender os usuários menos afeitos aos conhecimentos contábeis-financeiros através de notas explicativas, e de demonstrações como a DFC, mais acessíveis a todos. Por outro lado, deve contemplar informações mais complexas, que atendam as necessidades daqueles que ocupem-se de análises mais elaboradas, como a DOAR por exemplo.

1 INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis constituem-se nos instrumentos através dos quais a Contabilidade, em consonância com seus objetivos, propõe-se a comunicar a situação econômica e financeira das entidades. Esses relatórios visam atender as necessidades dos usuários – especialmente os externos – que não contam com outras fontes de informação.

No entanto, os propósitos não vêm sendo cumpridos satisfatoriamente. Isso ocorre, em grande parte devido a que, na impossibilidade de contemplar nas demonstrações contábeis todas as informações requeridas pelos diversos modelos decisórios dos usuários, não ter-se desenvolvido formas alternativas de evidenciação. Além disso, porque as demonstrações são elaboradas com ênfase demasiada em informações referentes ao passado e destituídas de um maior caráter preditivo.

Um assunto que tem sido motivo de intensa discussão nos meios acadêmicos, relaciona-se com o conjunto de informações contábeis e o interesse dos usuários: o fluxo de caixa das empresas. No Brasil, a exemplo do ocorrido em vários países, observa-se uma tendência pela adoção da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC (ou, para alguns, simplesmente Fluxo de

Caixa) em substituição à DOAR (inclusive considerando do anteprojeto de alteração da Lei das S. A., em discussão). O argumento utilizado baseia-se na maior facilidade de entendimento da DFC, ainda que se pondere a superioridade informativa daquela demonstração.

Pela relevância das questões envolvidas, considera-se necessário que o tema seja ainda bastante debatido, sob diferentes enfoques. Dessa forma, o objetivo deste artigo é adentrar na discussão acerca da alternativa mais adequada a adotar: DOAR ou DFC, ou ambas, tratando-as no âmbito dos objetivos contábeis e de suas abordagens voltadas à evidenciação.

Para tanto, será feito um levantamento dos principais argumentos utilizados na defesa das opiniões encontradas sobre o assunto, passando em seguida a analisá-los e confrontá-los com a abordagem considerada mais coerente com o atual estágio de evolução da Contabilidade, no tocante à comunicação de suas informações.

2 MODELO DECISÓRIO DOS USUÁRIOS

As discussões envolvendo as demonstrações contábeis relacionam-se diretamente com os modelos decisórios dos usuários, que, segundo Iudícibus (1995, p. 18), dizem respeito às informações requisitadas pelos diversos tipos de usuários e aquelas consideradas mais importantes para a sua tomada de decisão. De acordo com cada modelo, as informações podem visar o fluxo de dividendos, o valor de mercado da ação, o lucro por ação etc.

O autor comenta que esses modelos carecem ainda de estudos mais aprofundados, para que se possa conhecer melhor o grau de necessidade das diversas informações e com isso seja possível maximizar aquelas julgadas mais relevantes. Atualmente, grande parte dos usuários demonstra interesse pelo conhecimento dos fluxos de caixa das empresas, surgindo daí a discussão a respeito da adoção da DFC. O interesse estende-se também aos fluxos projetados.

Muito embora os dados contidos na DFC sejam úteis na preparação dos fluxos futuros, logicamente, apenas através dela e das demais demonstrações (elaboradas com dados do passado), não é possível projetá-los. O caráter de predição dessa demonstração restringe-se, assim, a que o comportamento da empresa não sofra mudan-

ças significativas no futuro. Dessa forma, mesmo que a DFC venha a ser adotada, não será capaz de atender integralmente o interesse dos usuários pelas informações do fluxo de caixa.

É certo que os dados do passado tenham sua utilidade e não estejam totalmente dissociados das tendências futuras. Porém, o fato de que as demonstrações contábeis normalmente não possuam um maior caráter preditivo mostra-se inconsistente com os propósitos da evidenciação contábil, haja vista o grande interesse demonstrado nessas projeções pelos diversos usuários.

3 CAIXA X COMPETÊNCIA

A demanda pelas informações que enfocam o "caixa" deve-se, principalmente, à sua objetividade – por isso muitos a consideram como a "verdadeira informação". Para alguns, chega a ser mais relevante que a informação "lucro". Stancil traduz esse pensamento ao afirmar que:

"Qualquer que seja a empresa, independentemente do seu tamanho, ela é movida a caixa e não a lucros. Você não pode pagar contas com lucros, somente com caixa." (Stancil apud Hopp, 1988, n. 28, p. 61).

Alguns autores defendem até mesmo a superioridade do Regime de Caixa sobre o de Competência. Hopp e Leite, por exemplo, enfatizam que:

"O retorno ao fluxo de caixa (...) precisa ser seriamente considerado pela profissão contábil e pelo mundo acadêmico, por menos emocionante que este velho caminho possa parecer." (Hopp, Leite, 1988, p. 62).

Ao emitir essa opinião, os autores argumentam que a Contabilidade deveria buscar maior simplicidade, baseando seus procedimentos na base "caixa", que segundo eles, é muito mais interessante para quem utiliza-se das informações contábeis. Além disso, desconsideram a importância da evidenciação do lucro em períodos mensais, semestrais ou mesmo anuais, por julgar que, nessas circunstâncias, a sua apuração seja um esforço inútil e sujeito a distorções.

Os autores deixam de levar em conta, no entanto, que existe uma estreita ligação entre as informações relativas ao caixa e as que enfocam o resultado. Nesse sentido, Martins sustenta que:

“No mundo econômico, o denominador final comum a todas as operações é o dinheiro. E, no longo prazo, o conceito de lucro está voltado exatamente a uma diferença de riqueza medida em dinheiro.” (Martins, 1989, n. 32, p. 299).

As abordagens sob a ótica de caixa e de resultado diferenciavam-se, basicamente, pelo momento em que são reconhecidos alguns efeitos sobre o patrimônio. Dessa forma, por exemplo, os processos de pagamento pela aquisição de ativos e sua respectiva depreciação são tratamentos dados, nas duas concepções, ao mesmo fato observado. Ambos registram uma “saída” no patrimônio, considerados em momentos distintos, de acordo com os Regimes de Caixa e de Competência, respectivamente.

A informação sobre o caixa é mais objetiva: fornece uma visão da situação financeira da empresa no curto prazo, enfocando as disponibilidades em dinheiro. No entanto, são necessárias as informações propiciadas pela Demonstração do Resultado e pelo Balanço Patrimonial, elaboradas sob o Regime de Competência, para que se possa verificar a rentabilidade da empresa e acompanhar a evolução do patrimônio dos empreendimentos a médio e longo prazos.

4 DOAR X DFC

Com exceção apenas do Balanço Patrimonial, as diversas demonstrações contábeis evidenciam fluxos: A DRE e a DMPL, retratam fluxos econômicos, assim considerados por conter elementos que se relacionam com a variação da riqueza; a DFC e a DOAR, demonstram fluxos financeiros. Conforme explica Matarazzo:

“Financeiro refere-se a dinheiro. (...) O termo financeiro tem sentido amplo e restrito. Quando encarado de forma restrita, refere-se a caixa; quando seu significado é amplo, refere-se a Capital Circulante Líquido.” (Matarazzo, 1995. p. 268).

Cabe destacar que, embora a DOAR seja considerada um fluxo financeiro, sofre a influência de aspectos econômicos em sua elaboração. Isso ocorre, por exemplo, ao contemplar ativos não monetários, como os estoques, que podem apresentar valores distintos, de acordo com o critério de avaliação adotado.

Por focar o Capital Circulante Líquido (ou Capital de Giro Líquido), as informações fornecidas pela DOAR são mais abrangentes que as da DFC, que limitam-se ao caixa. O CCL representa a folga financeira de curto prazo da empresa (excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes), definido por Gangoni como:

“o amortecedor (colchão de liquidez) entre os ativos presumidos disponíveis para o pagamento das obrigações, assim que elas tornarem-se exigíveis.” (Gangoni, 1997, n. 2, p. 43).

O Balanço Patrimonial revela o montante desses saldos, não mostrando, contudo, como a empresa passou de uma posição para outra. Daí a importância da DOAR, ao retratar os financiamentos e investimentos que concorreram para variação do CCL entre dois períodos.

De uma forma geral, os autores atribuem a pouca utilização da DOAR à sua dificuldade de entendimento (principalmente por parte dos usuários pouco afeitos à Contabilidade), apesar de admitirem sua maior capacidade informativa; por outro lado, destacam a relevância das informações da DFC e o fato de que a mesma seja de mais fácil compreensão. Em função disso as opiniões encontradas sobre o assunto podem ser agrupadas, normalmente, entre as que sustentam a substituição daquela por esta e as que advogam pela adoção de ambas.

Mesmo entre os usuários ligados à área contábil-financeira, verifica-se, muitas vezes, a descrença quanto à validade da DOAR. Vasconcelos (1990), diretor da ABAMEC – Associação Brasileira de Analistas do Mercado de Capitais, considera que:

“[...] a DOAR, apesar de ter 15 anos de utilização, é um demonstrativo que fracassou. Até hoje ele é pouco utilizado, de difícil interpretação, principalmente para o leigo.”

Pelo fato de concordar com que a DOAR seja de difícil entendimento (muito embora reconheça sua maior capacidade informativa), Martins (1989, p. 297) admite que:

“para o caso das empresas industriais e comerciais, justifica-se plenamente essa substituição apenas pelo fato de ser muito mais fácil o entendimento do Fluxo de

Caixa que o da DOAR. E talvez isso realmente já seja o suficiente para a mudança (é claro, sem se alterar a Demonstração do Resultado)".

A pouca utilidade dada à DOAR deve-se em grande parte, segundo Santos (n. 1247), ao seu não entendimento por parte dos próprios contadores, em decorrência de deficiências da legislação e do "desdém" com que muitas vezes é elaborada. Assim, defende:

"a convivência das duas demonstrações por um período suficiente para que os profissionais de contabilidade pudessem entendê-las e, aí sim, definir entre o uso de uma, ou de outra (...)"

E questiona: "Ora, se há supremacia informativa da DOAR, por que substituí-la?"

Alguns autores não concordam com que a DOAR seja substituída pela DFC, considerando que esta deva ser adotada em complemento às demais demonstrações, por estar mais sujeita a manipulações. Nesse sentido, por exemplo, podem ser provocados atrasos em pagamentos ou recebimentos antecipados de créditos, deturpando os valores do caixa entre um exercício e outro. Esses procedimentos teriam como intuito esconder situações financeiras indesejáveis.

Outro aspecto que reforça o argumento de que a análise separada da DFC possa levar a conclusões equivocadas, constitui-se na incompatibilidade entre as informações de caixa e de capital de giro das operações. Braga, Marques (1996, p. 38), explicam que a ocorrência de um caixa operacional negativo em um período (variação negativa do saldo) não reflete, necessariamente, uma situação financeira desfavorável. Da mesma forma, pode existir uma situação financeira comprometida, ainda que os fluxos de caixa mostrem-se positivos.

Essa evidência decorre das próprias características da análise propiciada pelas demonstrações em questão. Podem existir circunstâncias em que, por exemplo, a situação atual da empresa revele um aumento das disponibilidades, considerado na DFC como um fato que melhora a situação da empresa. Entretanto, esse incremento pode não representar um aspecto favorável à situação financeira da empresa, olhada a médio e longo prazos (CCL). Um exemplo típico nesse caso são os empréstimos, que provocam aumento das disponibilidades no curto prazo, sendo essa ocorrên-

cia demonstrada na DFC. Porém, a dívida correspondente levará à necessidade de desembolsos futuros, que causarão um impacto negativo no caixa a médio e longo prazos (podendo até piorar a situação financeira, quando efetuados). A diferença de abordagens entre as demonstrações reforça a concepção de que a análise conjunta das mesmas constitui-se na melhor opção para conhecer a verdadeira capacidade financeira dos empreendimentos.

5 DOAR – DFC E A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

Não foram encontrados registros de pesquisas acerca da utilização das demonstrações contábeis no Brasil. Braga, Marques (1996, p. 40), reforçam essa constatação e citam estudo feito por Epstein e Pava, através do qual foram enviados questionários a acionistas de 50 Estados Norte-Americanos. Entre outros dados, a pesquisa revelou que a DFC era lida pela maioria deles (51,8%) e que 50,2% dos investidores a consideraram como uma fonte útil de informação. Mostrou ainda que os acionistas passaram a dedicar mais tempo (45,9%) à sua leitura, quando comparada a estudo feito em 1973 (época em que era divulgada a demonstração voltada ao fluxo do capital circulante líquido). Outra indicação do estudo é que, no mesmo período, ocorreu uma diminuição no tempo dedicado à leitura do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado, embora ainda fossem mais lidos que a DFC.

Os resultados da pesquisa levam a inferir que a maior atenção dada à DFC deva-se à sua maior acessibilidade em relação aos fluxos que enfocam o capital circulante líquido, podendo ser tomada, de certa forma, como uma tendência passível de ser generalizada. O fato, de que as demonstrações do fluxo de CCL sejam de difícil entendimento não parece, no entanto, um motivo suficiente para sua substituição por outra de menor abrangência e mais suscetível a manipulações.

No caso específico da DOAR, os motivos que fazem com que a mesma tenha sua utilidade colocada em dúvida merecem uma análise mais detalhada para que se possa avaliar as suas dimensões. Os argumentos citados neste artigo mostram-se lógicos: realmente não existe por parte da legislação societária um cuidado maior no tratamento dessa demonstração, o que faz com que a dificuldade em entendê-la comece

pelos contadores. Em função disso, surgem lacunas e erros de elaboração, que somados à própria dificuldade do seu conceito fazem com que os usuários não vislumbrem sua verdadeira capacidade informativa.

O que precisa ser considerado ainda é que, mesmo se a DOAR não contivesse essas deficiências, seria pouco utilizada, levando-se em conta todo o universo de usuários contábeis. Afinal, por possuir um conteúdo mais complexo, sua leitura não se tornaria assim tão acessível. Esse aspecto associado ao argumento sobre o qual baseia-se a defesa da sua substituição pela DFC (maior facilidade de entendimento), remete a uma questão fundamental: A quem são destinadas as demonstrações contábeis? Ou melhor, a quem cabe interpretar as demonstrações contábeis?

Observa-se que não há uma definição clara sobre para quem as demonstrações são preparadas, se somente para os *experts* em Contabilidade e Finanças ou se também para “leigos”, ou mesmo para ambos. Iudícibus (1995, p. 82), mostra-se enfático, a princípio, ao afirmar que:

“a interpretação dos demonstrativos contábeis é tarefa única e exclusivamente reservada aos experts em Contabilidade e Finanças, que deveriam ser os intermediários entre as empresas e os donos de recursos, assessorando estes últimos nas análises.”

A seguir, admite que essa intermediação dos *experts* seja indispensável pelo menos nas interpretações mais profundas.

Antes de opinar a esse respeito, considera-se necessário assumir uma premissa em relação a qual abordagem seja adequada para tratar os objetivos da Contabilidade, porque cada escolha pode levar a um determinado tipo de resposta, dependendo de que usuários sejam definidos como destinatários das informações.

Esses objetivos podem ser tratados sob duas abordagens distintas, conforme aponta Iudícibus (1995, p. 17), ou objetiva-se fornecer um conjunto básico de informações que buscaria atender todos os usuários, ou tenciona-se fornecer informações diferenciadas para cada tipo de usuário. O autor afirma que a segunda alternativa seria a ideal, apesar de ponderar que nem sempre torna-se “possível ou desejável” fornecer-se informações específicas, devido à dificuldades de mensuração envolvidas e ao custo necessário para obtê-las.

Dessa forma, apresenta uma terceira alternativa, que consiste em criar-se um “arquivo básico de informação contábil” o qual pudesse ser usado de forma flexível pelos diversos usuários, de acordo com sua necessidade. O conjunto de demonstrações contábeis publicado deveria buscar atender as informações básicas dos diversos usuários; “o banco de dados de informação contábil” estaria preparado, no entanto, para fornecer relatórios voltados às suas necessidades específicas.

Essa, entende-se, deve ser a meta da Contabilidade para tratamento da evidenciação de suas informações, considerando-a como a alternativa mais coerente entre as citadas, em vista da sua maior aplicabilidade, sem perda de eficácia. Todavia, de uma forma geral ainda não se alcançou o desenvolvimento em relação ao atendimento das necessidades específicas dos usuários. Por esse motivo, assume-se neste artigo que a Contabilidade deve objetivar suprir, através do conjunto de demonstrações contábeis publicadas, pelo menos, as principais necessidades dos diversos usuários. E que, enquanto isso, deve-se tencionar criar as condições para que a alternativa de evidenciação aludida possa ser colocada em prática.

Ao adotar essa posição, considera-se que as demonstrações contábeis devem ser preparadas visando permitir o acesso às suas informações pelos diversos usuários, na medida da sua condição em interpretá-las. Afinal, as demonstrações contábeis publicadas nas circunstâncias consideradas (impossibilidade de atender cada tipo de usuário com relatórios de exceção), visa *comunicar-se* com todos eles.

Dentro desse raciocínio, e enfocando as demonstrações em discussão, entende-se que a DFC deve ser adotada para atender os interesses pelo conhecimento do fluxo de caixa das empresas, além de, em possuindo maior simplicidade, poder ser acessada pelos usuários menos afeitos à Contabilidade. Por outro lado, a DOAR, apesar de sua reconhecida complexidade, não seja substituída, destinando-se àqueles usuários que possam usufruir de suas informações, seja pela sua maior abrangência, seja pela própria suscetibilidade da DFC ou pelo ganho proporcionado pela análise conjunta. Não deve-se perder de vista, no entanto, que torna-se necessário um esforço no sentido de melhorar a qualidade da DOAR, procurando torná-la mais acessível, sem que no entanto ocorra perda relevante em seu conteúdo.

6 CONCLUSÃO

A discussão acerca do tema DOAR X DFC sugere uma análise sob o âmbito geral dos objetivos contábeis e dos diversos aspectos que o permeiam. Em um estágio considerado ideal para o desenvolvimento da evidenciação contábil, além de contar com as demonstrações normalmente publicadas, cada tipo de usuário teria condições de buscar em um banco de dados informações específicas, de acordo com as suas necessidades.

Nas atuais circunstâncias, entretanto, os usuários externos têm nas demonstrações contábeis uma fonte quase que exclusiva de informações acerca do desempenho econômico e financeiro das entidades. Em função disso, esses relatórios devem atender, no seu conjunto, pelo menos os interesses principais de cada tipo de usuário, de acordo com a sua condição em interpretá-los.

Assim sendo, esse conjunto de informações deve conter, por exemplo, notas explicativas, elaboradas com o máximo de clareza, e relatórios de maior acessibilidade por parte dos diversos usuários. Mas deve, também, possuir demonstrações cujo conteúdo, ainda que reconhecidamente mais complexo, seja necessário às análises mais elaboradas. Mesmo porque, pensa-se que demonstrações de uso mais restrito não podem ser avaliadas dentro do contexto dos usuários em geral, e ter a sua utilização comparada quantitativamente com outras de maior simplicidade.

Ressalta-se ainda a necessidade da intensificação de pesquisas acerca dos modelos decisórios dos usuários – sem um conhecimento mais aprofundado desses parâmetros, faz-se conjecturas acerca de quais as informações seriam mais úteis, nesta ou naquela situação. É certo que esses modelos não sejam totalmente desconhecidos, mas o potencial informativo da Contabilidade pode ser intensificado, na medida inclusive que forem antecipadas respostas a questões ainda não formuladas.

Além disso, a utilização de novas tecnologias pode possibilitar que discussões sobre alternativas entre a publicação de uma ou outra demonstração tenha uma importância secundária. Hoje, a Internet é usada para a mais variada gama de troca de serviços e informações, revolucionando todo o processo de comunicação. Vislumbra-se que, em um futuro não muito distante, as entidades possam valer-se desse meio “on line” para otimizar sua evidenciação contábil.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. C. *Demonstração das origens e aplicações de recursos*. São Paulo: Atlas, 1997.
- BARBIERI, G. *Fluxo de caixa: modelo para bancos múltiplos*. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1995. 262p. (Tese, Doutorado).
- BRAGA, R., MARQUES, J. A. V. C. Fundamentos conceituais da demonstração dos fluxos de caixa: significado, vantagens e limitações. Algumas evidências. *Caderno de Estudos*, v. 8, n. 14, p. 30-43, jul./dez. 1996.
- GANGONI, A. T. *et al.* Instituições financeiras (e outras empresas) DOAR ou fluxo de caixa? *Revista de Contabilidade do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo*, n. 2, p. 43-50, jul. 1997.
- HOPP, J. C., LEITE, H. P. O crepúsculo do lucro contábil. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 55-63, out./dez. 1988.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 305p.
- JAEDICKE, R. K., SPROUSE, R. T. *Fluxos contábeis: rendas, fundos capital*. São Paulo: Atlas, 1972. 224 p.
- MARTINS, E. Contabilidade versus fluxo de caixa. *IOB – Temática Contábil e Balanços*, São Paulo, n. 32, p. 302-296, 1989.
- MATARAZZO, D. C. *Demonstração das origens e aplicações de recursos: fundamentos, aspectos legais, elaboração e análise*. São Paulo: Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1980. (Dissertação, Mestrado).
- . *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995. 363p.
- SANTOS, A. DOAR versus fluxo de caixa. *Informativo dinâmico IOB*, São Paulo, n. 1247, out. 1991.
- STANCIL, J. Mc., When is there cash in cash flow? *Harvard Business Review*, Boston, v. 65, n. 3/4, Mar./Abr. 1987 apud HOPP, J. C., LEITE, H. P. O crepúsculo do lucro contábil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 28, n. 4, p. 55-63, out./dez., 1988.
- VASCONCELOS, P. Painel II: Fluxo de caixa X DOAR. In: CONGRESSO ABAMEC SÃO PAULO, 10, Águas de Lindóia, 1990. Anais, p. 17-18.